



VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal



SIMPÓSIO *ONLINE* Nº 72

**Simpósio:**

SISTEMAS CRIMINAIS, CIBERVULNERABILIZADOS E ACESSO À JUSTIÇA

**Coordenadores:**

**Nome da Coordenadora 1:** Denise Almeida de Andrade

**Vinculação Institucional:** Unichristus

**Resumo Curricular:** Doutora e mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Pós doutora em Direito Político e econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora do mestrado e da graduação em Direito da Unichristus. Professora da FGVLaw – São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Mulheres e Democracia: renda, tecnologia e justiça de gênero cadastrado do CNPq

**Nome do Coordenador 2:** Jorge Bheron Rocha

**Vinculação Institucional:** Unichristus

**Resumo Curricular:** Doutorando em Direito Constitucional (UNIFOR). Mestre pela Universidade de Coimbra, Portugal (Estágio de pesquisa na Georg-August-Universität Göttingen, Alemanha). Especialização em Processo Civil pela Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Defensor Público do Estado do Ceará. Professor da Graduação e Especialização. Membro Consultor da Comissão Nacional de Acesso à Justiça do CFOAB e do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará

**Linha de debate: máximo de 250 palavras**

Os avanços tecnológicos impactam todo o mundo e alterarão os paradigmas sociais nos diversos setores humanos para além da pandemia da Covid-19, que causou o aumento no uso de ferramentas e plataformas para as mais diversas finalidades: lazer, cultura, trabalho, educação, negócio, comunicação, interação social, propaganda, inclusive no âmbito do Direito, o que exige uma investigação aprofundada acerca do seu uso dentro do Sistema de Justiça. Com isso, o desenvolvimento de tecnologias supostamente teria como consequência trazer uma maior conectividade entre as pessoas, contudo, em efeito reverso, a tecnologia também promove a violação de direitos fundamentais, especificamente dentro dos Sistemas Criminais, o que nos interessa neste simpósio. O manejo das referidas tecnologias podem levar: ao cometimento de crimes tradicionais a partir do uso destas ferramentas; ao cometimento de crimes exclusivamente digitais; e, ainda, à potencialização de vulnerabilidades eletrônicas do jurisdicionado, seja ele a vítima ou testemunha em um processo, ou o investigado, acusado ou condenado, o que exigirá das instituições do Sistema de Justiça uma maior e específica estruturação. Muitos são os temas que necessitam de pesquisa e delineamentos científicos, em termos de direito material, como a tipificação de delitos digitais ou cometidos por meio digital, alterações na forma de execução das penas etc.; no que se refere às questões de direito processual, como a implementação de audiências virtuais, dos juízos 100% digitais, o reconhecimento da cadeia de custódia das provas digitais, obstáculos digitais ao acesso à Justiça etc. o desafio se mantém e nos impõe a responsabilidade de refletir sobre possíveis caminhos.

É necessário, ainda, analisar esse cenário à luz do conceito de Acesso à Justiça proposto por Cappelletti e Garth, uma vez que indicam a importância de que compreendamos o acesso à Justiça como requisito indispensável ao fortalecimento dos Estados democrático de Direito, o que significa buscarmos uma estrutura por meio da qual possamos garantir a maior efetividade possível dos direitos fundamentais, especialmente, das pessoas que compõem grupos vulnerabilizados.



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



[@cidhcoimbra](https://www.instagram.com/cidhcoimbra)

**Idioma dos resumos que serão aceitos para apresentação:**

**Português (X)**

**Inglês (X)**

**Espanhol (X)**



## ONLINE SYMPOSIUM Nº 72

### Symposium:

CRIMINAL SYSTEMS, CYBERVULNERABLE PEOPLE AND ACCESS TO JUSTICE

### Coordinators:

**Name of Coordinator 1:** Denise Almeida de Andrade

**Institution:** UNICHRISTUS

**Curricular Summary:** Doctor and Master in Constitutional Law from the University of Fortaleza. Post-Doctorate in Political and Economic Law from Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor of the Master's and Graduate Studies in Law at Unichristus. Professor at FGVLaw – São Paulo. Member of the Research Group Women and Democracy: income, technology and gender justice registered with CNPq

**Name of Coordinator 2:** Jorge Bheron Rocha

**Institution:** UNICHRISTUS

**Curricular Summary:** Doctoral student in Constitutional Law (UNIFOR). Master from the University of Coimbra, Portugal (research internship at Georg-August-Universität Göttingen, Germany). Specialization in Civil Procedure by the Superior School of the Public Ministry of Ceará. Public Defender's Office of the State of Ceará. Professor of Undergraduate and Specialization. Consultant Member of the National Commission for Access to Justice of CFOAB and of the Penitentiary Council of the State of Ceará

### Line(s) of discussion (symposium description):

Technological advances impact the entire world and have been changing social paradigms in the various human sectors, in addition to the Covid-19 pandemic, which has caused an increase in the use of tools and platforms for the most diverse purposes: leisure, culture, work, education, business, communication, social interaction, advertising, including within the scope of law, which requires an in-depth investigation into its use within the Justice System. With this, the development of technologies would supposedly bring greater connectivity between people, however, in reverse effect, technology also promotes the violation of fundamental rights, specifically within the Criminal Systems, which interests us in this symposium. The management of these technologies can lead to: the commission of traditional crimes through the use of these tools; the commission of exclusively digital crimes; and, also, to the potentialization of electronic vulnerabilities of the defendant, whether he is the victim or witness in a process, or the investigated, accused or convicted, which will require a greater and specific structuring from the institutions of the Justice System. There are many topics that require research and scientific design, in terms of material law, such as the typification of digital crimes or crimes committed by digital means, changes in the form of execution of sentences, etc.; with regard to procedural law issues, such as the implementation of virtual hearings, 100% digital judgments, recognition of the chain of custody of digital evidence, digital obstacles to access to justice, etc. the challenge remains and imposes on us the responsibility to reflect on possible paths. It is also necessary to analyze this scenario in the light of the concept of Access to Justice proposed by Cappelletti and Garth, since they indicate the importance of understanding access to Justice as an indispensable requirement for the strengthening of democratic States of Law, which means that we seek to a structure through which we can guarantee the greatest possible effectiveness of fundamental rights, especially of people who make up vulnerable groups.





**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



**Languages of abstracts that will be accepted for presentation:**

**Portuguese (X)**

**English (X)**

**Spanish (X)**



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



[@cidhcoimbra](https://www.instagram.com/cidhcoimbra)

## SIMPOSIO EN LÍNEA Nº 72

### Simposio:

SISTEMAS PENALES, CYBERVULNERABLES, ACESSO A LA JUSTIÇA

### Coordinadores:

**Nombre de la Coordinadora 1:** Denise Almeida de Andrade

**Vinculación Institucional:** Unichristus

**Resumen curricular:** Doutora e mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Pós doutora em Direito Político e econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora do mestrado e da graduação em Direito da Unichristus. Professora da FGVLaw – São Paulo. Membro do Grupo de Pesquisa Mulheres e Democracia: renda, tecnologia e justiça de gênero cadastrado do CNPq

**Nombre del Coordinador 2:** Jorge Bheron Rocha

**Vinculación Institucional:** Unichristus

**Resumen curricular:** Doutorando em Direito Constitucional (UNIFOR). Mestre pela Universidade de Coimbra, Portugal (Estágio de pesquisa na Georg-August-Universität Göttingen, Alemanha). Especialização em Processo Civil pela Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Defensor Público do Estado do Ceará. Professor da Graduação e Especialização. Membro Consultor da Comissão Nacional de Acesso à Justiça do CFOAB e do Conselho Penitenciário do Estado do Ceará

### Línea (s) de discusión (descripción del Simposio):

Los avances tecnológicos impactan en el mundo entero y cambiarán los paradigmas sociales en los diversos sectores humanos, además de la pandemia del Covid-19, que ha provocado un incremento en el uso de herramientas y plataformas para los más diversos fines: ocio, cultura, trabajo, educación, negocios, comunicación, interacción social, publicidad, incluso dentro del ámbito de la ley, lo que requiere una investigación profunda sobre su uso dentro del Sistema de Justicia. Con esto, el desarrollo de las tecnologías supuestamente tendría como consecuencia traer una mayor conectividad entre las personas, sin embargo, en efecto inverso, la tecnología también promueve la vulneración de los derechos fundamentales, específicamente dentro de los Sistemas Penales, lo que nos interesa en este simposio. El manejo de estas tecnologías puede dar lugar a: la comisión de delitos tradicionales mediante el uso de estas herramientas; la comisión de delitos exclusivamente digitales; y, también, a la potencialización de vulnerabilidades electrónicas del imputado, ya sea víctima o testigo en un proceso, o investigado, imputado o condenado, lo que requerirá de una mayor y específica estructuración por parte de las instituciones del Sistema de Justicia. Hay muchos temas que requieren investigación y diseño científico, en términos de derecho material, como la tipificación de delitos digitales o delitos cometidos por medios digitales, cambios en la forma de ejecución de sentencias, etc.; en cuanto a temas de derecho procesal, como la implementación de audiencias virtuales, sentencias 100% digitales, reconocimiento de la cadena de custodia de la prueba digital, obstáculos digitales para el acceso a la justicia, etc. el desafío permanece y nos impone la responsabilidad de reflexionar sobre caminos posibles. También es necesario analizar este escenario a la luz del concepto de Acceso a la Justicia propuesto por Cappelletti y Garth, pues señalan la importancia de entender el acceso a la Justicia como un requisito indispensable para el fortalecimiento de los Estados democráticos de Derecho, lo que significa que buscamos una estructura a través de la cual podamos garantizar





**VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS  
DE COIMBRA: uma visão transdisciplinar.  
11 a 13 de outubro de 2022 – Coimbra/Portugal**



la mayor efectividad posible de los derechos fundamentales, especialmente de las personas que integran grupos vulnerables.

**Idioma de los resúmenes que serán aceptados para la presentación:**

**Portugués (X)**

**Inglés (X)**

**Español (X)**



[www.cidhcoimbra.com](http://www.cidhcoimbra.com)



[contact@cidhcoimbra.com](mailto:contact@cidhcoimbra.com)



[@cidhcoimbra](https://www.instagram.com/cidhcoimbra)